

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

ELAINE SILVA RODRIGUES

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA

PONTES E LACERDA/MT
2013/1

ELAINE SILVA RODRIGUES

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA

Trabalho apresentado como
avaliação parcial da disciplina
de Pesquisa em Letras - TCC
sob orientação da Prof.^a Selma
Albuquerque. C. Kirsch.
Elaborado pela acadêmica
Elaine Silva Rodrigues.

Pontes e Lacerda/ MT
2013/1

ESTA MONOGRAFIA FOI APRESENTADA PERANTE A
SEGUINTE BANCA

Prof. Me. Selma Selma Albuquerque. C. Kirsch
Orientador

Prof^a. Dr^a Teresa Pazos
Banca Examinadora

Prof^a. Gislaine Cuba de Ávila
Banca Examinadora

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a **Deus** por ter-me dado o privilégio de viver e alcançar mais um objetivo em questão de formação profissional, embora não tenha sido o curso escolhido com tanta aptidão, mas que de certa forma contribuiu muito em questão de aprimoramento de conhecimentos durante o processo de meu aprendizado na academia de Letras. Em segundo lugar, à minha **família**, em especial, à minha querida mãe, Laurita Rodrigues, que sempre esteve ao meu lado me ajudando no que sempre estava ao seu alcance. Agradeço aos meus colegas e amigos acadêmicos que sempre me incentivavam nos momentos em que estive ponto de desistir, em especial cito, Millena Souza, uma amiga e companheira na jornada acadêmica que sempre esteve ao meu lado me dando forças para que eu conseguisse chegar aonde eu cheguei hoje. Não posso deixar de agradecer também a esta pessoa especial, Willian F. Batista que por sua vez, me incentivou a fazer este curso, talvez se não fosse por ele ter me apoiado no início dessa faculdade não teria obtido esse título.

Meus agradecimentos vão também para a minha orientadora **Profª Selma** por ter tido atenção e disponibilidade durante o processo de execução desse trabalho final da academia.

Dedicatória

A Deus, pois sem ele não chegaria onde cheguei, á minha querida e amada mãezinha Laurita Rodrigues que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis durante esta caminhada, aos meus irmãos: Vagner Rodrigues, Laisa Oliveira e a Janaina Oliveira, a minha vovó Maria Fernandes. Às minhas companheiras de faculdade em especial cito: Milena Souza, Silvana Pagliarini, Rosana Conceição, kênia. Aos meus irmãos em Cristo da Igreja do Evangelho quadrangular: Kethlen Moreira, Diana Paula, Diego Renner, Maikon Vinicius, Douglas Alexandre e em especial, Selma Rocha que sempre me suportou e cuidou de mim como se fosse minha mãe quando mais estava apurada nos meus trabalhos de faculdade, sempre me ajudou recebendo em sua casa quando não tinha tempo de cuidar até de minha própria alimentação, sou muito grata a ela. Aos meus pastores queridos, Leandro Parreira e Miriam Cavalli, aos quais não devo deixar jamais de agradecer pelas orações que fizeram por mim e pelo incentivo do meu crescimento profissional. Ao Willian F. Batista, que esteve ao meu lado quando escolhi fazer o curso de Letras, foi o primeiro a me incentivar a prestar o vestibular mesmo não sendo o curso que eu pretendia fazer, mas graças a ele também é hoje posso contemplar a honra de obter um título superior. À minha orientadora Selma que me auxiliou desde o início da produção monográfica com seu carinho, a atenção e dedicação.

“Deficiente é quem não consegue modificar a sua vida, aceitando as imposições dos outros e da sociedade, ignorando que é dono do seu destino; louco é quem não procura ser feliz com o que possui; cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas”.

Mario Quintana

SUMÁRIO:

RESUMO.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
I – Capítulo Histórico Educacional - Identidade Pessoal e Social, Direito a Igualdade Perante a Diversidade.....	10
1.1 - Escola inclusiva - Leis e diretrizes.....	10
1.2 Constituição Federal – Direitos iguais para todos.....	14
II. Capítulo – O Histórico Inclusivo da Criança surda – A busca pela igualdade.....	17
III – Capítulo: Análises das Entrevistas – Espaço Social e Cultural.....	20
Considerações Finais.....	29
Bibliografia.....	30

Resumo

O objetivo nesta pesquisa é observar como está ocorrendo o processo de inclusão do aluno portador de necessidade especial/auditiva na rede Pública de Ensino Municipal e Estadual, no ensino fundamental, na cidade de Pontes e Lacerda – MT no ano de 2013 e verificar como está sendo trabalhada a educação com alunos que apresentam essa necessidade especial, e se esses são acompanhados em salas regulares ou em salas especializadas. No decorrer da pesquisa de campo verificaremos como está ocorrendo a inclusão do aluno surdo perante os seus colegas não surdos. Por fim, procurar saber se os profissionais da rede Pública Municipal e Estadual possuem formação específica para trabalhar com alunos que apresentam necessidades especiais/auditiva.

Palavras chaves: Inclusão Educacional, Educadores de AEE, Criança Surda.

Abstract:

The objective of this research is to observe how the process is going to include the student with a special need / hearing on Public Education Network Municipal and State in elementary school in the town of Pontes e Lacerda - MT in 2013 and check how being worked on education with students who have this special need, and if these are followed in regular classrooms or specialized rooms. During the field research is occurring check to see how the inclusion of deaf students before their colleagues not deaf. Finally, find out if the network professionals Municipal Public and State have specific training to work with students with special needs/hearing.

Keywords: Educational Inclusion, educators AEE Deaf Child.

I - Introdução

A educação inclusiva surgiu no intuito de inserir em escolas de ensino regular crianças que apresentam Necessidades Educacionais Especiais, sejam elas quais forem. O que muito é questionado nos dias de hoje é se de fato, as escolas estão preparadas para receberem alunos com necessidades especiais.

Ao longo de sua história e até nos dias de hoje a criança especial vem enfrentando uma série de dificuldade para ingressar na escola, e /ou em salas regulares de ensino. Hoje podemos perceber por meio de pesquisas, as dificuldades que o professor/educador apresenta em aceitar um aluno especial, pois o mesmo questiona a falta de formação específica para receber esse tipo de aluno, faltando espaço adequado e material insuficiente para trabalhar com tal criança.

Sendo assim, trataremos neste trabalho sobre a Educação Inclusiva enfatizando alunos com Necessidades Educacionais Auditivas em estabelecimentos de ensino regular. Essa política de Inclusão surgiu como mecanismo para uma reestruturação das culturas e práticas nas escolas, tendo como objetivo atender às diversidades vividas pelos alunos e ainda como forma de promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos sem distinção.

Analisaremos o âmbito escolar a partir de pesquisas de campo para observar como está ocorrendo o processo da Educação Inclusiva de alunos com necessidades especiais/auditiva na escola de rede Estadual e municipal de ensino regular, buscaremos assim, compreender por meio de pesquisas teóricas e de campo, o processo educacional inclusivo e apontando as dificuldades que são encontradas nesse paradigma.

I - Histórico Educacional - Identidade Pessoal e Social, Direito à Igualdade Perante a Diversidade

“Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”
(Boaventura de Souza Santos)

1.1 - Escola inclusiva - Leis e diretrizes

Quando o assunto é referido à escola logo nos leva a pensar em suas características que são por sua vez marcadas na história, a partir da visão da educação que até nos dias de hoje delimita de certa forma o acesso à aprendizagem de um determinado grupo, criando assim a “exclusão”. No decorrer da história criam-se o processo de “democratização” da escola, defendendo o fim do disparate *inclusão/exclusão* no momento em que os sistemas de ensino universalizam o ingresso, mas por outro lado, permanecem de certa forma, excluindo alguns indivíduos e grupos que são avaliados como fora do padrão, isto é, aqueles que são analisados pelas suas características físicas, linguísticas, sociais, seus valores culturais, e até mesmo intelectuais e assim são retidos, excluídos do grupo de pessoas consideradas “normais”.

Com isso, podemos perceber que há, de certa forma, uma hierarquia que exclui um determinado grupo produzindo assim, a desigualdade e discriminação entre um grupo de determinados indivíduos considerados anormais para com os ditos “normais”.

Devido à desigualdade ocorrida no âmbito escolar, a educação especial se preocupou em se organizar para o atendimento educacional especializado trocando o ensino corriqueiro corroborando diferentes apreensões, nomenclaturas e modalidades que por sua vez, induziram para o caminho de criação de entidades como: escolas especiais com classes que atendessem os alunos com suas devidas necessidades.

Vale ressaltar que o atendimento às pessoas com necessidades especiais no Brasil, teve início no período do império, com a construção de duas instituições, a primeira fundada no ano de 1854, no Rio de Janeiro, o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, atual “Instituto Benjamin Constant – IBC”, e a outra fundada no ano de 1857 também no Rio de Janeiro, o “Instituto dos Surdos Mudos” e que nos dias de hoje é chamada de Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES. Já no início de século XX foi constituída a entidade chamada Pestalozzi (1926) que por sua vez, tratava de pessoas com deficiência mental, em 1954, foi criado o Instituto APAE (a primeira Associação de Pais e Amigos Excepcionais). E ainda mais, no ano de 1945 foi

inventado por Helena Antipoff, o primeiro abrigo na área da educação especial de pessoas altamente dotadas na Sociedade Pestalozzi.

No ano de 1973, o “MEC/73” funda o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) este era responsável pela organização do programa educacional no Brasil, focando o processo integrativo de sujeitos que possuem necessidades especiais bem como as que são superdotadas, contudo, foi uma iniciativa do Estado que ainda deixou muito a desejar, pois, o programa de ensino ainda era assunto de fato isolado, isto é, não acontecia o processo integrativo que fizesse com que valesse o direito das pessoas com necessidades especiais para que fossem inseridas em meio educacional e até mesmo em meio social juntamente com os outros ditos “normais”.

Todavia nessa época, não se concretizou uma política pública de caráter universal para as pessoas que têm necessidades especiais, embora estejam de certa forma, vinculada ao ensino regular em que eles não têm as devidas recepções que lhes são por direito, ou seja, não possuem o atendimento necessário para que possam acompanhar outros indivíduos que não possuem alguma necessidade especial, e ainda há falta de materiais adaptados para cada tipo de necessidades especiais, cada suporte obedecendo e fornecendo facilidades, forma de aprendizagem melhor para os mesmos.

Nessa mesma direção, o que vemos é que muito é questionada ao longo da história, a falta de formação de professores, aqueles que tinham de se enquadrar para que fornecesse um estudo/aprendizagem melhor para os que têm dificuldade de acompanhar uma turma regular, para que haja na verdade, certo desenvolvimento cognitivo bem-acabado e que dê suporte para essas pessoas com necessidades especiais, uma vez que o papel da integração desses indivíduos é fazer com que usufruam de seus direitos que são instituídos por Leis. como

A Declaração de Salamanca (1994) abre a primeira porta a inclusão educacional, que defende os direitos dos alunos especiais de estudar junto com os outros sujeitos ditos “normais”, e habitar em meio social sem qualquer distinção como dito na Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (1994, p. 17-18)

A Declaração de Salamanca divulga a “Política Nacional de Educação Inclusiva” no intuito de defender a questão da integração/inclusão do sujeito “especial” no meio social, ou seja, a convivência desses indivíduos na sociedade, dando a esses sujeitos condições de acompanhar uma turma em rede regular de ensino para preparar e inserir os mesmos, na sociedade junto com os outros ditos “normais”. Como ressalta Solange Menin Rogalskia (2010) em seu artigo, “Histórico do Surgimento da Educação Especial” : *A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio*” (p.3).

Como a educação inclusiva é responsável pela educação especializada, para que os mesmos possam fazer parte da sociedade é necessário que tomemos muito cuidado e refletíamos sobre a forma de ensino que será aplicada para esses indivíduos, para que os mesmos possam acompanhar o ensino de redes regulares, com o suporte adequado correspondendo a cada necessidade especial e idade do sujeito para o aprimoramento do aprendizado de cada aluno “especial” conforme ressalta Rogalskia (2010):

“A prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais especiais. Antes mesmo de incluir, é importante certificar-se dos objetivos dessa inclusão, para o aluno, quais os benefícios/avanços, ele poderá ter, estando junto aos alunos da rede regular e produzir transformações.” (p. 4).

Se voltarmos o olhar para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o documento supracitado que por sua vez, foi aprovado em Assembleia Geral das Nações Unidas percebemos aí o direito de todos à educação, sem qualquer discriminação a Declaração proclama:

O princípio da não discriminação e o direito de todas as pessoas à educação; a partir daí a escola que é o espaço que deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências tem um papel fundamental em garantir condições a uma vida digna, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação (p.11).

E mais, na Declaração de Salamanca, (1994) expressa que:

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, - escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; [...] (p.1).

Em meio a essas tantas transformações educacionais que são instituídas por Lei, cabe questionar : Será que há educadores dispostos a buscarem essa inovação? Será que os mesmo buscam suportes que possam fornecer um modelo de educação diferenciado e que possa, na verdade alcançar a tão desejável transformação no âmbito escolar? Há educadores com suporte adequado para amparar o aluno com suas devidas necessidades? A família desse aluno “especial” aceita e acompanha o mesmo durante o seu processo educacional? Partimos do pressuposto de que para existir a inclusão temos que nos empenhar, e ter a colaboração da instituição de ensino juntamente com o professor e da família do aluno especial.

Como podemos perceber ao longo da história, há o surgimento de várias culturas juntamente com vários gêneros que diferenciam uma pessoa da outra. Isso nos leva a pensar ainda mais na reformulação no parâmetro escolar, passando a refletir as formas de como conceber estas tais transformações que estão acontecendo na sociedade nos dias de hoje e que nos leva de certa forma, a compreender o mundo à nossa volta e até a nós mesmos. Posto isso, Mantoan (2003) nos chama a atenção da seguinte forma:

Diante dessa novidade, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (2003, p.12)

Segundo o MEC (2010), perante esses desenvolvimentos sociais, a escola tende a reformular as suas condições disciplinares, ou seja, mudar a visão formalista, tradicionalista e científica própria do modernismo que era de separar alunos “normais” dos ditos “anormais” para assim, transformar num novo modelo de escola “de Educação Inclusiva”, destruindo as *categorizações das oposições excludentes – iguais/diferentes, normais/deficientes*. Visto que somos formados nesse modelo de escola de ensino tradicional que por sua vez, difere do modelo de educação que se propõe nos dias de

hoje é que agora é lançado um desafio de inovar o processo educacional e que nos obriga a conflitar com essas dicotomias para haver realmente o desenvolvimento da proposta da escola inclusiva. *Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que os seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças.* (MANTOAN – 2003, p. 14).

1.2 Constituição Federal – Direitos iguais para todos

No ano de 1988 surge a Constituição Federal que consolida um dos seus desígnios básicos que é de descrever sobre o bem de todos, isto é, sem preconceito algum, seja referente à cor, ao sexo, a ascendência, a idade e os demais tipos de discriminações que possam existir (art. 3º, inc. IV) . Abarca também, o direito que todos devem ter ao acesso a educação com a garantia do desenvolvimento pleno de cada pessoa e preparando-as para o mercado de trabalho (declarados no art. 205 e seguintes).

Esta Constituição, reflete o direito à “igualdade de condições de acesso e permanência no instituto educacional” como uma das aberturas para o ensino e fornecido pelo Estado a “garantia” do atendimento especializado, preferencial na rede de ensino regular.

A constituição Federal retrata a questão do direito de todos à igualdade no âmbito escolar e garante a educação a todos sem diferenciação, ou seja, deve ser desenvolvido o processo de escolarização para todas as crianças num mesmo ambiente, sendo aquela que apresenta necessidade especial ou não.

Vale ressaltar que o “Atendimento Educacional Especializado” tem como dever disponibilizar em todos os níveis de ensino escolar, o ensino básico e o fundamental, de preferência nas escolas comuns em rede regular para alunos com 7 a 14 anos de idade.

A Constituição Federal nos garante ainda que: o Atendimento Educacional Especializado seja fornecido também fora do âmbito escolar, ou seja, num período inverso das aulas de ensino da rede regular, que seria para o aluno com necessidades especiais e que funcionaria como um suporte a mais para ajudá-lo em suas dificuldades de aprendizagem, não como uma forma de substituição para que as mesmas sejam privadas do acesso ao ensino na rede regular junto com os outros alunos que não

possuem necessidades especiais uma vez que a Constituição realmente define o que é educação e que deve ser fornecido o ensino fundamental nas escolas não fora dela.

O lugar de formação do cidadão começa por aí, onde cada indivíduo com suas diferenças constroem seu ciclo de amizade compartilhando suas experiências diversificadas, um se relacionando com o outro, e o papel da escola é de preparar esses alunos sejam eles com necessidades especiais ou não para formar cidadãos capazes de entender e enfrentar o mundo. É desta forma que desenvolvemos o exercício da cidadania um se preocupando com o outro sem discriminação, pois:

A educação transmite e amplia, a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético político, a solidariedade e a emancipação. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), que dispõe em seu artigo 58 e seguintes: *o Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular* (art. 59,§ 2º) .

É importante ressaltar ainda que, a LDBEN quando faz uso das expressões “serviços de apoio especializados na escola regular” e “atendimento especializado” como sinônimo de Atendimento Educacional Especializado que por sua vez, poderá existir em classes ou em escolas especiais caso seja necessário, isto é, quando não tiver condições de Ser oferecido em escolas de rede regulares. A LDBEN jamais cita que o processo de escolarização poderá ser oferecida fora da atmosfera escolar.

Após a LDBEN surgiu uma nova legislação trazida pelo decreto de nº 3.956/2001(Convenção da Guatemala), uma convenção internacional que vem para abolir tipos de discriminação contra a pessoa que possui deficiência.

A Convenção de Guatemala expressa claramente que não deve de maneira alguma tratar com desigualdade com base na deficiência a convenção mostra o direito do portador de necessidades especiais a suas liberdades fundamentais como qualquer outro indivíduo possa ter.

O Decreto de Guatemala foi aprovado no Brasil pelo próprio Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001. No Brasil esse

decreto tem tanto valor quanto uma lei ordinária por se tratar de direitos e garantias fundamentais dos seres humanos.

Com uma breve descrição feita sobre o histórico Inclusivo Educacional Especial dos direitos de TODOS à educação, no próximo capítulo trataremos a respeito da criança com necessidade especial auditiva, mostraremos como está ocorrendo o seu processo de escolarização. Buscaremos fundamentar as dificuldades que são encontradas para serem aceitas no âmbito escolar como qualquer um que possui necessidades especiais visto que a dificuldade maior está na aceitabilidade do igual/diferente sendo tratado num mesmo ambiente escolar.

II. Capítulo – O Histórico Inclusivo da Criança surda – A busca pela igualdade

A história das pessoas que possuem deficiências, de um modo geral, tem sido contada por meios de documentos, constituições, decretos, leis e por outras formas de registros escritos.

Em especial, trataremos aqui a história da educação do surdo que por sua vez, vem sendo desenvolvida aproximadamente há dois séculos, quando se instaurou o embate político e epistemológico entre os gestualistas e os oralistas e com isto ocuparam o lugar de destaque nas políticas públicas e vem sendo desenvolvidas por meio de pesquisas científicas e através do processo pedagógico a favor da educação desses alunos, seja na escola de ensino regular ou especial.

De acordo com os documentos de INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos), no Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854 no Rio de Janeiro e em, 1857, criou-se o Instituto Imperial de Educação de Surdos também no Rio de Janeiro.

Segundo o documento do MEC, a educação dos surdos posterior ao Século XIX realizava-se através da linguagem de sinais e a grande maioria de seus professores eram surdos com isso, chegou-se a conclusão de que os surdos deveriam ser ensinados pelo método oral puro, e era proibido o uso de linguagem de sinais segundo aponta Fernandes (2000, p. 67).

Com sabemos, a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais como as outras linguagens de sinais existentes, permite que a criança surda seja inserida em meio social, oferece, de certa forma, suporte para se relacionar com os outros sujeitos, visto que o professor responsável para recepcionar o aluno surdo tem de conhecer a língua de sinais, pois é por meio dela que possibilitará o primeiro contato do aluno na escola com seus colegas e seu professor, contudo, não é isso que vemos na realidade.

De acordo com Lodi (2005) nos anos de 1960 a 1970 o pronunciamento sobre a surdez teve um deslocamento depois da descrição linguística da língua de sinais americana e das outras línguas de sinais, com esse desenvolvimento de estudos os grupos considerados menores, neste caso os surdos, receberam forças para defender seus direitos e a sua forma de linguagem social cotidiana.

A década de 1980 é marcada pelo movimento mundial em que foi implantada uma política educacional bilíngue. A primeira língua nesta educação para surdos é a Língua de Sinais, e a segunda, no nosso caso, é a Língua Portuguesa.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 6º dirige as ações norteadoras para as Políticas Nacionais de Integração de pessoas que apresentam necessidades especiais, oferecendo assim, à educação escolar a tão sonhada educação inclusiva. Como sabemos que a escola é formadora de opiniões e abrange toda a sociedade, que independe de sua classe social, cultural e se a inclusão inicia na escola reflete em toda a sociedade.

Devemos deixar bem claro, quando nos referimos a educação inclusiva não podemos confundir com a proposta de integração na escola de ensino regular, uma vez que é direito do aluno com necessidades especiais frequentar a escola regular quando este está de certa forma apto para isso. Estamos falando da inclusão do aluno especial junto com os outros ditos “normais” em uma mesma escola ou sala de aula que aceita e valoriza o ser “diferente” procurando desenvolver técnicas de ensino diferenciado que possa oferecer ao aluno especial a mesma condição de ensino/aprendizado na rede de ensino regular.

Deste modo, a escola de ensino regular alcançará o seu objetivo que é formar o aluno num modelo de escola inclusiva para que o mesmo faça parte da sociedade e sendo o autor de sua própria história de vida.

O autor Davi expõe que:

A aprendizagem é um processo através do qual a criança se apropria ativamente do conteúdo da experiência humana daquilo que seu grupo social, conhece. Para que a crianças aprenda, ela necessitará interagir com outras crianças mais experiente (Davi, 1984, p.20-21).

Com base na citação, podemos dizer que, o exercício de cidadania começa em aceitarmos as pessoas da maneira que elas são, não as excluindo, no caso da educação da criança seja a que apresenta dificuldade de aprendizagem ou não, ela vai aprender junto com outra criança que tem mais experiência que ela. Como uma criança aprenderá alguma coisa sendo excluída da sociedade? Pois, é através das experiências de grupos que aprenderemos a conviver com o outro e a compartilhar o que sabemos.

De acordo com Alvarez apud Duk:

Algumas das ideias básicas próprias da educação inclusiva são: levar sempre em consideração o fato de que as pessoas são diferentes e que, portanto a escola deve ajudar cada um a desenvolver suas habilidades no contexto comum a todos. Outro fato é eliminar o espírito da competitividade, a partir do qual a visão do mundo se restringe a uma corrida na qual apenas alguns conseguem chegar ao fim. Oferecer oportunidades a todos para compensar as desigualdades existentes, mas sem educar para formar ‘pessoas iguais’ (1998, p. 60).

O que vemos nos dias de hoje é a falta de preparo do professor para ensinar alunos em suas diversidades no processo de aprendizagem, é a falta de suporte para amparar o aluno para desenvolver suas habilidades, por este motivo, a educação de uma criança que possui dificuldades de aprender por ser “diferente” fica de fato isolado, está de certa forma junto com os outros, mas como se fosse um “fantasma” sem poder alcançar a aprendizagem por falta de atenção de alguns educadores que não se preocupam em desenvolver técnicas de ensino para que todos possam alcançar a aprendizagem sem distinção.

Diante disso o documento DO MEC nos mostra que:

O respeito à diversidade, efetivado no respeito as diferenças, impulsiona ações voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elemento para a construção de desigualdade, discriminação ou exclusão, mas sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos. (BRASIL, 2004, p. 7).

Posto isto, percebemos que o objetivo da política inclusiva, diz respeito, a constituição de contextos sociais inclusivos, isto é, na escola ou em qualquer outro lugar social, desde que as pessoas que possuam necessidades especiais tenham a mesma oportunidade do que os demais e em especial o acesso à educação. Mas para que isso aconteça, é necessário que reitemos a identidade pessoal e social do sujeito, pois esta é construída através das relações sociais entre os mesmos no decorrer de sua vida.

III – Capítulo: Análises das Entrevistas – Espaço Social e Cultural

Para que pudesse ser realizada a pesquisa de campo fomos a uma escola de ensino regular e aplicamos questionários a cada um dos participantes da pesquisa: a diretora, uma professora, uma aluna surda e a avó da criança surda. Em seguida prosseguimos a análise das entrevistas.

A primeira pergunta feita para a diretora foi a seguinte: Em sua opinião está acontecendo o processo de inclusão do aluno surdo na sua escola? Explique. A resposta foi:

Sim, mesmo sendo de forma lenta estamos trabalhando para atingir os objetivos propostos, tanto é que abrimos espaço para sala de recursos com profissionais para atender crianças que tem dificuldades de aprendizagem em especial aqui, o surdo. Temos uma interprete em linguagem de sinais - libras para ajudar a criança em seu processo de aprendizagem.

Como já dito, a educação inclusiva surgiu como forma de ensino/aprendizagem para garantir o direito à inclusão dos alunos com necessidades especiais, como vemos na lei de nº 9.394 em seu art. 59 de 23 de dezembro de 1996, que implanta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta institui os sistemas de ensino, e garante aos alunos que são especiais.

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio e superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectuais ou psicomotoras.

O que vemos na realidade em escolas que atendem alunos surdos e que de certa forma lutam para cumprir com a lei que é de assegurar os alunos especiais o acesso ao ensino e aprendizagem em salas regulares, é que ainda existe alguns professores que são resistentes ao processo inclusivo, eles acreditam que é impossível um aluno surdo aprender junto com os outros não surdos mesmo tendo um intérprete em Libras.

As dificuldades e preocupações que o professor tem em atender o aluno surdo em sua sala de aula são por não possuir formação que dê suporte ao educando surdo e

por não conseguir se comunicar com ele. Isso causa aos educadores apavoramento por não saberem como lidar com este tipo de situação.

A segunda pergunta feita à diretora foi: Em sua opinião há um bom relacionamento entre o aluno surdo e o ouvinte em sua escola? Diante desta pergunta, a diretora respondeu o seguinte:

Sim, mesmo com algumas dificuldades de compreensão por parte do aluno ouvinte por às vezes não entender o que o surdo quer dizer, eles se dão bem sim. Acostumaram ao jeito do surdo se expressar. Bom, pelo menos é isso que vejo porque não tem chegado aqui na diretoria reclamações quanto a isso.

Na fala da diretora percebemos que a convivência entre os alunos surdos e ouvintes é de certa forma sendo aceita mesmo com as diferenças que existem entre eles. A dificuldade que é encontrada entre o surdo e o ouvinte é na forma de comunicação, pois um usa a língua de sinais (Libras) e o outro usa a língua portuguesa falada. Alguns alunos ouvintes podem até saber alguns sinais fator favorável a comunicação com o surdo, mas ainda não é suficiente para entendê-lo completamente e sempre precisará de um interprete em Libras para ajudar na compreensão em relação à comunicação entre ambos.

A terceira pergunta foi: de acordo com o seu ponto de vista, como está sendo aceito o processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular? A diretora respondeu o seguinte: “Não tenho nenhum tipo de oposição ao processo de inclusão, pois, há interprete e outros profissionais para atenderem os alunos que possuem necessidades especiais”.

Quanto ao argumento da diretora percebemos que a preocupação da mesma é mínima quanto ao processo de inclusão tanto do surdo quanto das demais especialidades existentes, pois, de certa forma há profissionais que dão suporte aos alunos que têm dificuldades de aprendizagem. Segundo a diretora: “temos sala de recurso e profissionais para atender os alunos que são especiais no período inverso que são matriculados no ensino regular sempre que precisem ser ensinados separadamente quando não é possível fazê-lo em sala de ensino regular”.

Ao falarmos de uma criança que tem necessidades especiais não quer dizer que ela é incapaz de compreender as coisas em sua volta, o que ela precisa é a ajuda de alguém para fazê-la enxergar as coisas como qualquer um dos sujeitos que não tenha estas limitações necessárias. É fazer com que esta criança especial seja incluída em meio

social, não excluindo-a, deixando de lado como se ela não existisse e não fizesse parte deste mundo.

A quarta pergunta foi: Em sua escola está tendo suporte para amparar o aluno surdo? A resposta foi a seguinte:

Eu como diretora tenho acompanhado algumas atividades que são desenvolvidas na sala de recurso onde é trabalhada a educação com criança especial, e quanto ao aluno surdo, temos uma interprete que além de acompanhar o educando surdo em sala regular também dedica seu tempo em horários inversos em que o aluno é matriculado regularmente para dar assistência quando algumas atividades que o aluno surdo não conseguiu desenvolver.

Ainda na fala da diretora:

Quanto aos materiais de educação próprios para ensinar o surdo, deixa um pouco a desejar, o que temos de material para ensinar o surdo é um dicionário que foi doado por uma Escola Estadual, porque lá não havia aluno surdo. Mas, assim como disse anteriormente, temos interprete para atender o aluno surdo, que por sua vez, é o caminho para que o aluno especial aprenda a socializar as coisas que estão em sua volta através da linguagem de sinais – Libras. Acredito que estamos caminhando para que tudo seja como é instituído por lei, fazendo valer o espaço que o surdo como qualquer um outro sujeito, sendo especial ou não, tem por direito.

Durante o bate-papo com a diretora, pude perceber que a mesma era consciente da lei e da necessidade que o aluno tinha de aprender a sua língua materna LIBRAS (Língua de Brasileira de Sinais).

A quinta pergunta foi: Qual o seu ponto de vista a respeito da inclusão do aluno surdo em escola de ensino regular? A resposta foi a seguinte:

Antes estes alunos eram segregados, ou seja, viviam em instituições separados dos outros alunos ditos ‘normais’, eram julgados como incapazes de se misturar com os outros, mas agora eles podem viver com outras crianças ditas ‘normais’.

Perante o argumento da diretora, podemos dizer que de certa forma estamos caminhando para um modelo de escola inclusiva, mesmo com a resistência de alguns que não acreditam na inserção do aluno especial em rede de ensino regular ou em qualquer outro lugar social. Acredito que estes que fazem oposição à inclusão educacional do aluno surdo são os que não se preocupam em se adaptar ao

desenvolvimento tecnológico e nem buscam recursos para atender alunos com suas devidas necessidades.

O educador tem de ter um olhar especial quando se trata do futuro dessas crianças que dependem de nós para ser incluída em meio social, este assunto deve ser puramente pedagógico quando se refere a inserção de aluno especial em rede regular como aponta o autor Dotti:

A discussão tem que ser pedagógica, a ação precisa ser pedagógica, e a solução vem através da competência dos professores comprometidos com os interesses populares, e não através da técnica simplesmente. Luta em prol da escolaridade, para a cidadania, para que cada criança, cada pessoa que passa para nós atinja melhores níveis de inserção social e produtiva (DOTT, 1990, p. 17).

A sexta e última pergunta feita para a diretora foi: Os pais que tem filho surdo matriculado em sua escola acompanham o processo de aprendizagem do mesmo? De que forma? A resposta foi a seguinte:

Sim, não que seja contínuo, mas os pais geralmente veem acompanhados através de reuniões propostas por mim e pelos professores. A única coisa que deixa muito a desejar é que estes alunos costumam faltar em aulas e os pais muitas vezes não dão satisfação à direção quanto ao motivo que levou os mesmos a faltarem.

A participação dos pais durante o processo de aprendizagem do aluno sendo ele especial ou não é de grande importância, pelo fato de que eles precisam ter ao seu lado pessoas que o apoiam e que acreditam em seu potencial, eles precisam principalmente dos pais.

O segundo questionário confeccionado foi elaborado para entrevistar uma interprete em LIBRAS. A primeira pergunta foi: Você tem formação específica para trabalhar com alunos surdos? Se sim, qual a sua maior dificuldade para se relacionar com aluno surdo referente ao termo de linguagem usado? A resposta foi a seguinte:

Sim, sou formada em Licenciatura Plena em Letras, especialista na área da educação inclusiva, faço sempre cursos voltados na área de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Hoje posso dizer que não tenho dificuldades para trabalhar com aluno surdo, pois, desde 2007 tenho contato com este tipo de especialidade.

A segunda pergunta foi: Em sua opinião funciona o método de ensino inclusivo implantado nos dias de hoje? A resposta foi a seguinte: “Nos dias de hoje sim, pois a

escola em que eu atuo como intérprete em LIBRAS trabalha na visão de uma escola inclusiva.”

A terceira pergunta foi: Quais são as dificuldades que você encontra ao trabalhar com aluno surdo e ouvinte em uma mesma sala de aula? A resposta foi:

Hoje em dia não tenho dificuldades. Na escola em que eu desenvolvo meu trabalho cumprio 30 horas semanais em sala de ensino regular e 10 horas semanais em período inverso em que o aluno surdo frequenta as aulas regulares. Acompanho o aluno surdo na sala de recurso para ajudar o mesmo quando têm dificuldades de aprender a matéria ministrada em sala de aula pelo professor, ensino alguns sinais que ele não conseguiu compreender. Esse tipo de atendimento facilita o aprendizado do aluno surdo.

A quarta pergunta foi: Os pais do aluno surdo têm acompanhado o mesmo em seu processo de aprendizagem? A resposta foi: “Sim, hoje os pais acompanham a criança em seu aprendizado”.

Durante a entrevista, a intérprete falou um pouco de seu trabalho com uma aluna surda do Ensino Fundamental. Ela ressalta que trabalhar com esta aluna é uma satisfação e tanto. A intérprete conta que no início quando os pais descobriram que sua filha era surda e que precisava de alguém para interpretar o que a mesma queria dizer não aceitavam a criança pelo seu modo de ser e agir, tinham de certa forma, vergonha de sair ao público com ela, talvez por não saber lidar com a situação.

Os sinais que a criança surda fazia para os pais quando queria dizer alguma coisa os deixava confusos, pois, não conseguiam entender de fato o que ela queria transmitir.

Mas, com o decorrer do tempo os pais da aluna surda foram aceitando-a da maneira que era, procuraram as escolas no intuito de ajudarem sua filha a conviver em sociedade, procuraram especialistas para ensinar a língua de sinais.

A quinta e última pergunta foi: Antes de você ter especialidade com aluno surdo você já teve contato com alunos especiais? A resposta foi:

Sim, já tive contato com crianças especiais na época que minha mãe trabalhava na **APAE**, eu sempre frequentava a instituição. Então, desde cedo eu aprendi a conviver com pessoas especiais, para mim é normal, são pessoas que merecem carinho e oportunidades como qualquer outro sujeito.

Durante a entrevista com a intérprete, pude perceber o quanto ela se envolve em seu trabalho especial, ela mostra que além do profissionalismo há também carinho para com as crianças surdas. Com esse tipo de comportamento ela mostrará à criança que é

especial que ela tem potencial que move barreira, abrindo espaço para sua criatividade e habilidades que na verdade todos nós somos capazes de nos significarmos a partir de algo produzido por cada um de nós.

O terceiro questionário foi elaborado para entrevistar uma professora do ensino regular. A primeira pergunta foi a seguinte: Qual é a sua dificuldade maior em atender um aluno especial auditivo? A resposta foi: “A comunicação, pois não sei muito sobre Libras estou começando a aprender.”

A segunda pergunta foi: Que tipo de linguagem você usa para comunicar com seu aluno surdo? A resposta foi: “Converso com o aluno surdo usando um pouco de LIBRAS, ou por outros sinais direcionados e falando de frente com o aluno.”

A terceira pergunta foi: Em sua opinião o aluno ouvinte tem uma boa relação com o aluno surdo? A resposta foi: “Sim, pois já vem estudando alguns anos com a mesma turma e eles já estão acostumados a conviverem com as diferenças.”

A quarta pergunta foi: Em sua opinião o que precisa ser feito para melhorar o atendimento de crianças surdas em uma escola de ensino regular? A resposta foi: “Precisa ter materiais adequados para trabalhar com eles”.

A quinta pergunta foi: Como você vê o processo inclusivo em sua escola? Está sendo desenvolvido conforme a lei? A resposta foi: “Na minha escola o papel de inclusão está bem aceito, pois há várias crianças inclusas com necessidades especiais diferentes uma da outra.”

A sexta e última pergunta para a professora foi: Qual foi a sua reação ao trabalhar pela primeira vez com aluno surdo em sua sala de aula? A resposta foi:

“Olha, a primeira vez que eu tive contato com aluno surdo, confesso que tive muito medo de não conseguir trabalhar com ele em sala regular. Mas agora com a experiência vejo ao contrário, preciso procurar compreender mais a linguagem deles para que facilite a comunicação entre nós.

Diante da sexta pergunta feita para a professora, cabe aqui refletirmos quanto à competência que o professor tem de ter em sala de aula. Como fala Ainscow:

O professor, refazendo sua prática a partir da reflexão na e sobre a ação em sala de aula, demonstra uma competência fundamental à escola inclusiva, pois esta reflexão é base para a improvisação que, por sua vez, permite ao professor encorajar uma participação ativa e ao mesmo tempo, ajudar a personalizar para cada aluno a experiência da aula (AINSCOW apud BAUMEL, 2002, p.8).

A cada dia que passa percebemos que os profissionais da rede de ensino tem de se mobilizar para buscar métodos de ensino que facilitem ao aluno especial aprender junto com os outros sujeitos. A preocupação maior é se realmente todos que possuem formação para educar, estão interessados a buscarem novas experiências para ser possível atender qualquer aluno que tenha especialidade.

O quarto questionário confeccionado foi para a mãe de uma aluna surda, mas como não foi possível conversar com a mesma, entrevistei a avó estando presente a aluna surda.

A primeira pergunta feita foi: Quando percebeu que a criança tinha problema auditivo? A resposta foi:

Desde quando ela era pequenina, aos 3 anos de idade levei a minha neta a um especialista e com os exames feitos de audiometria constatou que ela tinha grande perda auditiva no dois ouvidos. Deste modo, eu e meu esposo sempre acompanhamos a minha neta com tratamentos que eram necessários ser feitos.

A segunda pergunta foi a seguinte: quando descobriu a deficiência qual foi seu primeiro impacto? A resposta foi:

Assim como toda mãe deseja ter um filho perfeito, eu como avó que criei desde quando nasceu, foi um momento de muita tristeza ao pensar na maneira que iria lidar com esse tipo de situação. Hoje penso diferente, vejo a minha neta como experiência de vida, mesmo ouvindo pouco nunca desistiu de sonhar.

A terceira pergunta foi a seguinte: Você considera ter um bom relacionamento com sua neta mediante a deficiência auditiva? A resposta foi:

Hoje posso dizer com toda certeza que sim, não encaro essas consequências como um problema, pois ninguém escolheu ser assim, isso é fruto da natureza que veio talvez para nos libertar de um orgulho bobo que está dentro de nós.

A quarta pergunta foi: Que linguagem você usa para conversar com sua neta? A resposta foi:

Não uso nem um tipo de linguagem especial, tanto é que nem sei como fazer sinais de surdo. Pelo fato de minha neta não ser surda totalmente, consigo conversar com ela frente a frente e às vezes, quando não a entendo, peço para que escreva o que quer dizer. Eu e todos aqui de casa nos relacionamos muito bem com a minha neta.

A quinta pergunta foi: Qual é a sua opinião referente ao novo método de ensino inclusivo nas escolas regulares? A resposta foi a seguinte: “Muito bom, assim faz com que minha neta se envolva com outras pessoas de sua idade, aprende a conviver com pessoas diferentes.”

A sexta e ultima pergunta foi: Você acredita que sua neta está sendo aceito na escola junto com outros alunos ouvintes? A resposta foi:

Olha, é um pouco difícil para explicar referente a isso, pois, quando a minha neta estudava no ensino fundamental, ela tinha acompanhamento com profissional, com o interprete que a ensinava a linguagem de LIBRAS, mas agora que a minha neta está estudando numa instituição federal, no ensino médio, está tendo grande dificuldade para que ela acompanhe as aulas na turma regular pelo fato de não haver interprete que acompanhe em seu processo de aprendizagem.

O quinto questionário foi para a aluna surda. Iniciamos com a seguinte pergunta: Em sua opinião, você está inclusa no ensino regular? A resposta foi:

Agora não me sinto inclusa, pois não tenho interprete em LIBRAS para me ensinar em sala de aula. Sendo assim, eu não consigo acompanhar a turma e muito menos entender o que o professor está passando em sala.

A segunda pergunta foi: Qual metodologia de ensino você gostaria que fosse aplicada? A resposta foi: “Libras, pois com essa linguagem de sinais eu aprendo a conversar, a interagir com meus colegas. Por mais que eu escute um pouquinho, a LIBRAS é fundamental para a formação de qualquer sujeito com surdez.”

A terceira pergunta foi: Você gosta de frequentar a escola? Justifique. A resposta foi: “Sim, lá eu tenho espaço para aprender a me relacionar com meus colegas.”

A quarta pergunta foi: O que você mais gosta de fazer em sala de aula?

A resposta foi:

Gosto de aprender coisas novas, mas agora estou tendo dificuldades para aprender por falta de intérprete em Libras. Fico muito triste por isso, vendo os meus colegas ao meu derredor estudando e eu no canto sem poder fazer nada, pelo fato de não poder ouvir o professor falando em sala de aula.

A quinta e última pergunta foi: você tem vontade de fazer um curso profissionalizante? A resposta foi a seguinte: “Sim, adoraria fazer Letras-LIBRAS, Pedagogia ou Letras. Meu sonho é estudar fora, conhecer novas pessoas e viajar muito.”

Ao final das entrevistas com a avó e a neta surda, tivemos um bate-papo paralelo, e nesta conversa a avó conta de maneira resumida a história de vida da sua neta. Ela fala que além de seus filhos legítimos ela adotou uma menina e esta considerada como filha, quando teve uma certa idade, engravidou, mas por ser muito jovem ainda e sem juízo, o bebê ficou sob os cuidados da avó.

Com o tempo a família descobriu o problema, pois a criança estava apresentando: ela não ouvia. Durante a trajetória de vida da neta surda, a avó conta que o avô sempre carregava a neta numa bicicleta para ter acompanhamento com fonoaudiólogo.

Hoje, a criança surda tem 16 anos de idade, podemos dizer que ela é um exemplo de vida, como a avó nos conta, ela gosta de fazer de tudo como qualquer outra criança gosta de fazer. Quis aprender tocar violão, a avó colocou-a nas aulas, fez aula de pinturas e além de tudo isso, mensalmente vai para a capital fazer cursos de LIBRAS para aperfeiçoar a cada dia mais a sua linguagem de sinais.

Realmente depois desta história de vida, esta criança é um exemplo para aqueles que pensam em desistir facilmente de seus objetivos. E com este exemplo, os profissionais tem que se posicionar e não ficar de braços cruzados tem que buscar mais conhecimentos, aprender técnicas para despertar o sujeito especial que um dia foi esquecido, mas que hoje vemos que são exemplos para acreditarmos que todos são capazes de aprender e que todos tem direito a educação sem qualquer distinção.

Considerações finais

No decorrer da pesquisa tanto teórica quanto de campo, pudemos perceber como está sendo aceito o processo de inclusão do aluno especial em uma escola de ensino regular que foi realizado a pesquisa, visto que antes este assunto não era concebido de forma agradável. Hoje, com várias reformulações de Leis que defendem o direito de todos a igualdade vemos a mobilização por parte de educadores para buscar novas técnicas de ensino para receber o aluno com suas devidas necessidades especiais. Para fazer valer o futuro das crianças surdas e das demais outras com necessidades especiais temos que nos conscientizarmos e lutarmos para um futuro melhor dessas crianças que dantes eram julgadas como incapazes de viverem em meio à sociedade.

Este processo de ensino inclusivo ainda exige muita atenção por parte de alguns profissionais da área, uma vez que as Leis que amparam o educando especial estão postas em documentos que asseguram a inclusão do mesmo na escola de ensino regular. Para que o futuro das crianças surdas e das demais outras com necessidades especiais seja garantido, temos que nos conscientizarmos e lutarmos para um futuro melhor dessas crianças que dantes eram julgadas como incapazes de viverem em meio à sociedade.

Mas, por outro lado, salientamos que por melhor que seja uma escola que tem profissionais para atender qualquer tipo de aluno que tem necessidades especiais, ainda não é possível assegurar a inclusão. A inclusão dependerá de todos os membros participantes do processo. Envolverá a escola em primeiro lugar, pois é a partir dela que começa a formação do sujeito como cidadão para viver em sociedade, depois vem o professor e os pais do aluno especial. Se não houver harmonia entre estas pessoas não alcançaremos a verdadeira e tão sonhada inclusão.

REFERÊNCIAS:

BAUMEL, Roseli C. R. Formação de professores e a escola inclusiva: Questões atuais. In Revista Integração ano 14 – edição nº 24/2002. SEESP/MEC. Brasília/DF. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. DUK, C. O enfoque da educação inclusiva. Paraná.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Lei Federal nº 8069/90 do Estatuto e do adolescente (ECA). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.Br/Seep>>. DATA DO ACESSO: 24/06/13

DAVIS, Claudia; Oliveira, Ilma de Moraes Ramos de. SP: Cortez, 1994 – 2 ed.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial
Salamanca - de 7 a 10 de junho de 1994.

Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar / organizado por César Coll, Jesús Palacios e Alvaro Marchesi; trad. Marcos A. G Domingues. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. V. 3

DOTT, Corina. Fracasso escolar e classes populares. In Paixão de Aprender. RS: Vozes, 1990.

FRANCO, Monique. A Sala de aula inclusiva: O currículo e a diversidade linguística e identitária. In: Espaço: Informativo Técnico- Científico do INES. Nº 13. Rio de Janeiro: INES, 2000.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. Lei nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996. Editora do Brasil S/A.

LIMA, Sandra Vaz de: Histórico da Educação Especial, artigo publicado em 30-11-2009 – Paraná. Disponível em <http://www.aortigonal.com/educacao-artigos/historico-da-educacao-especial-1521439.html> acesso no dia 01/05/2012

LODI, Ana C. B. Plurilinguismo e Surdez: uma leitura Bakhtiniana da história da educação dos surdos. SP: Educação e pesquisa, 2005.

MANTOAN, Teresa Egler. **Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?** – São Paulo: Moderna, 2003. – (Coleção, cotidiano escolar)

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *O desafio das diferenças nas escolas*. Boletim 21. MEC, SEESP, 2006.

ROGALSKI, Solange. Artigo: **Histórico do Surgimento da Educação Especial.**
Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU Vol. 5 – Nº 12 –
Julho - Dezembro 2010 Semestral.